

V

DELIBERAÇÃO N.º 7563/2014

██████████, advogado, em representação de ██████████ solicitou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) o acesso aos dados clínicos do seu cônjuge ██████████, falecida, destinando-se o acesso à apresentação junto de Companhia de Seguros.

Nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo, o requerente foi notificada para se pronunciar, querendo, sobre o projeto de deliberação da CNPD. Todavia nada disse.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) pronunciou-se, na Deliberação n.º 72/2006, de 30 de maio, sobre o acesso aos dados de saúde em poder de serviços de saúde⁽¹⁾.

I - O direito de acesso a dados de saúde. Considerações gerais

A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o direito à reserva da intimidade da vida privada no artigo 26.º e o direito à protecção de dados pessoais no artigo 35.º. Especificamente, o n.º 4 do artigo 35.º da CRP estabelece a regra da proibição do acesso a dados pessoais de terceiros, salvo as exceções previstas na lei. Por sua vez, o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados – LPD) reafirmou esta limitação quanto aos dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos. Também o artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, consagra a regra da proibição do acesso a dados clínicos de terceiros.

Apesar desta proibição geral, o acesso é admissível desde que exista consentimento expresso do titular dos dados ou autorização prevista na lei (cf. n.º 2 do artigo 7.º da LPD) ou quando se verificarem as condições previstas no n.º 3 do artigo 7.º da LPD.

(1) Segue-se de perto essa deliberação.

μ



II – Acesso pelas seguradoras

Em relação ao acesso pelas seguradoras aos dados de saúde de segurados já falecidos, em especial no caso de seguros do ramo vida, entendemos que, por princípio e na falta de consentimento – livre, específico, informado e expresso – prestado em vida, aquele deve ser negado. O mesmo vale para os pedidos de acesso formulados por familiares para apresentação da informação nas seguradoras.

Em ambas as situações e como resulta das normas acima indicadas, o dever de confidencialidade por parte dos serviços de saúde, a reserva da intimidade da vida privada do segurado, bem como o direito à protecção dos dados que lhe digam respeito impedem que qualquer terceiro (*v.g.*, seguradora) aceda à informação de saúde do *de cujus*.

Como este caso claramente evidencia, o interesse em obter a informação de saúde do falecido segurado é da Seguradora. Nos contratos de seguros do ramo vida, o facto gerador da obrigação de a Seguradora pagar a quantia segurada aos beneficiários é a morte do segurado. Verificado este facto – a morte do segurado –, a Seguradora fica obrigada a pagar a indemnização. Assim sendo, é à seguradora que cabe demonstrar que existem razões que a desobrigam de pagar a quantia segurada.

No caso, o único fundamento que legitimaria o acesso seria o consentimento prestado de modo livre, específico e informado e por forma expressa, pelo titular dos dados de saúde.

Note-se que não é defensável que a assinatura da proposta de contrato de seguro configure um consentimento do titular dos dados para o acesso à informação de saúde. Do mesmo modo, as alegadas declarações do consentimento para o acesso a dados de saúde constantes no contrato de seguro não consubstanciam o consentimento supra referido por não ser específico, nem suficientemente informado.

Os direitos dos familiares do falecido não ficam prejudicados na medida em que qualquer cláusula que faça depender o pagamento da quantia segura da apresentação de informação de saúde sem o consentimento do titular (alínea h) do artigo 3.º e do n.º



2 do artigo 7.º da LPD) é uma cláusula que enferma de nulidade, pois contraria disposição legal imperativa (artigo 294.º do Código Civil).

São conhecidas diversas sentenças emanadas pelos tribunais portugueses que têm considerado que *“as cláusulas que obrigam os beneficiários a apresentar atestados dos médicos com a informação referida, são abusivas, porque contrárias à boa-fé, contendendo com o disposto no artigo 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 446/85 de 25 de outubro, e porque transferem para os beneficiários dos seguros uma obrigação que só à seguradora devia caber, de acordo com a distribuição normal do ónus da prova, aqui contendendo com o artigo 21.º, alínea d) do mesmo diploma”*.

Os Tribunais têm concluído pela nulidade desse tipo de cláusulas⁽²⁾, considerando que, de acordo com a normal distribuição do ónus da prova, é à seguradora que cabe investigar as situações de declarações inexatas referentes à saúde aquando da celebração do contrato e que tornem o mesmo nulo, e aquelas em que se verifique qualquer das causas de exclusão previstas no clausulado e que afastem a sua responsabilidade contratual.

III - Conclusão

Assim, entende a CNPD que não devem ser facultados a [REDACTED], representado por [REDACTED], advogado, os dados clínicos da falecida [REDACTED], com exceção da causa da morte, na medida em que tais dados se destinam a ser entregues à Seguradora sem que, para o efeito, conste do contrato de seguro o necessário consentimento do titular.

Lisboa, 21 de outubro de 2014

Filipa Calvão (Presidente)

⁽²⁾http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc_busca.php?buscajur=&nid_especie=3&nid_subespecie=21&pagina=1&ficha=1